

Jornal da

CUT®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 6 • nº 44 • dezembro de 2013 • www.cut.org.br

LUTAR FAZ BEM PARA A ECONOMIA

Ronaldo Barroso



**Combate ao PL da
terceirização continua**
Página 2

Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

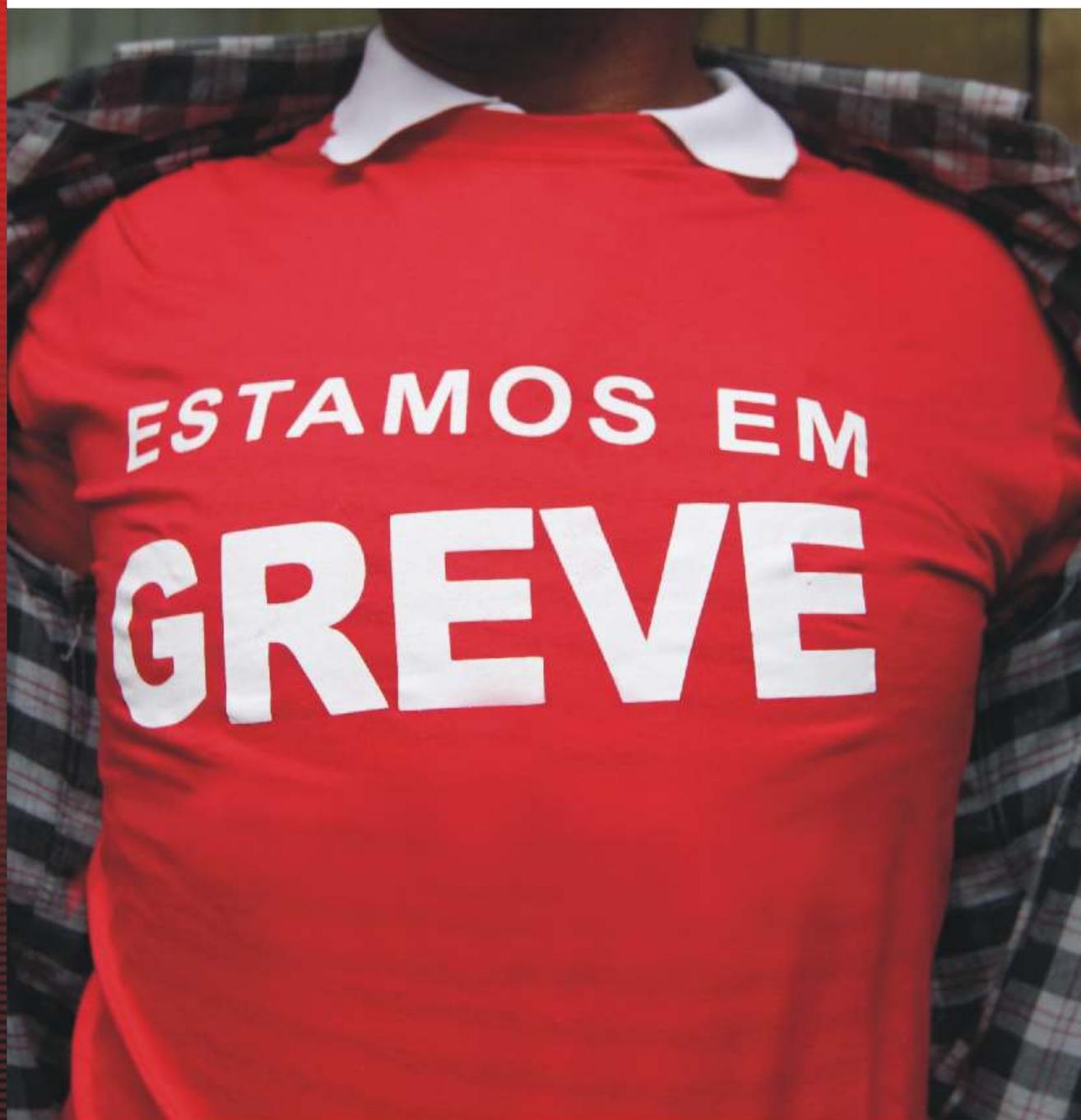


**CUT cobra direito de
greve aos servidores**
Página 3

Divulgação



**Prêmio CUT e a defesa
da liberdade de
expressão**
Página 7



edTorial



Agnaldo Azevedo

Apesar das previsões pessimistas dos profetas do apocalipse – economistas das instituições financeiras e comentaristas da mídia –, as campanhas salariais do segundo semestre deste ano conquistaram reajustes de, em média, 1,4% acima do INPC. Mantivemos os mesmos patamares de aumento real dos últimos anos e o Brasil não entrou em crise, como eles chegaram a prever.

Dos 400 acordos analisados pelo DIEESE no segundo semestre, 85,5% tiveram aumentos reais. Nas categorias mais organizadas e, portanto, com maior poder de pressão e de negociação, a variação foi ainda mais alta. Os Eletricitários de Campinas, por exemplo, conquistaram 3%. No primeiro semestre, das 328 negociações analisadas pelo DIEESE, cerca 85% também conquistaram aumentos reais.

As negociações foram duras, talvez até mais do que no ano passado. Os empresários, por meio de economistas e analistas, mandaram vários recados ameaçadores. No começo deste ano, dois ex-diretores do Banco Central deram entrevistas exigindo até demissões de trabalhadores para frear a economia e impedir o descontrole inflacionário.

A organização, mobilização e pressão dos dirigentes sindicais venceram a batalha contra a resistência patronal e a mídia conversadora sempre disposta a impedir avanços e conquistas da classe trabalhadora.

Em um País desigual e injusto como o Brasil, o aumento da massa salarial é única maneira de melhorarmos a distribuição de renda. Esse é o modelo de desenvolvimento que a CUT defende e é por ele que vamos continuar lutando, sempre.

Vagner Freitas, presidente nacional

CUT em Ação

Mobilização contra a terceirização continua nos estados



Ronaldo Barroso

Presidente da CUT, Vagner Freitas (de boné), trabalhadores cutistas e parlamentares em ato contra PL 4330

No capítulo mais recente da luta contra a ampliação da terceirização e o ataque aos direitos trabalhistas, a pressão da CUT impediu que o Congresso aprovasse mais uma manobra para ludibriar os trabalhadores.

Em novembro deste ano, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 87/2010, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi para a Comissão de Justiça e Cidadania da Casa. O texto é idêntico ao relatório final do Projeto de Lei 4330/2004, que tramita na Câmara dos Deputados e ameaça os direitos trabalhistas.

A mobilização da Central fez a bancada do PT na Casa atuar rapidamente e, por meio dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), pedir vistas para impedir a votação. Na sequência, sugeriu a realização de uma audiência pública para debater a proposta, o que foi aceito pelo relator do projeto, o deputado e empresário Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Da mesma forma que o PL 4330/2004, barrado na Câmara (leia mais abaixo), o PLS 87 também libera a terceirização para as atividades-fim das empresas (a principal), que é proibida por lei, e isenta as empresas da responsabilidade sobre irregularidades trabalhistas cometidas pela terceirizada.

Ladrão de direitos trabalhistas – O PL 4330/2004 está pronto para ser votado desde maio deste ano, mas manifestações da CUT dentro e fora do Congresso, por todo o país fizeram com que a definição fosse adiada.

Em junho, uma mesa quadripartite foi constituída por

pressão dos trabalhadores. O último encontro ocorreu no início de setembro e o impasse continuou sobre três pontos: o limite para a contratação de terceirizadas (as centrais sindicais não aceitam a terceirização para todos os setores da empresa), a garantia de organização sindical e a adoção da responsabilidade solidária – aquela em que a contratante assume as pendências deixadas pela terceira.

No dia 18 de setembro, a CUT participou de uma audiência na Câmara dos Deputados, ocasião

em que voltou a cobrar o arquivamento do texto.

Após o encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), estabeleceu cinco sessões na Casa para que o texto fosse enviado à votação.

O prazo terminou em 15 de outubro, mas, por conta da pressão da Central, isso não ocorreu e o PL foi enviado à Coordenação de Comissões Permanentes. Na prática, pode seguir para o plenário da Câmara a qualquer momento.

De um lado, as bancadas do PT, do PCdoB e de diversos deputados de outros partidos que estão ao lado da classe trabalhadora monitoram para que o texto não seja votado. Do outro, a CUT direciona as manifestações para as bases dos deputados, conforme explica a secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costa.

“Precisamos continuar ampliando o debate nos estados. Já fizemos audiências públicas em várias assembleias legislativas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rondônia, além do Ceará, que deve promover uma até o final do mês. A ideia é fazer com que a decisão nos estados pressione os deputados federais a se posicionarem contra o PL e ao lado da classe trabalhadora”, aponta.

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Jornal da CUT é uma publicação da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Vagner Freitas. **Secretária Nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva Nacional 2012-2015:** Admirson Medeiros Ferro Júnior, Alfredo Santana Santos Júnior, Antônio Lisboa Amâncio do Vale, Aparecido Donizeti da Silva, Artur Henrique da Silva Santos, Carmen Helena Ferreira Foro, Daniel Gaio, Eduardo Guterra, Elisângela dos Santos Araújo, Expedito Solaney Pereira de Magalhães, Jacy Afonso de Melo, Jandyra Uehara, Jasseir Alves Fernandes, João Antônio Felício, José Celestino Lourenço, Julio Turra Filho, Junéia Martins Batista, Maria Aparecida Faria, Maria das Graças Costa, Maria Júlia Reis Nogueira, Pedro Armengol de Souza, Quintino Marques Severo, Rogério Pantoja, Roni Barbosa, Rosana Sousa de Deus, Rosane Silva, Sérgio Nobre, Shakespeare Martins de Jesus, Valeir Ertle e Vítor Carvalho. **Jornalista Responsável:** Luiz Carvalho (MTb 49852). **Redação e Edição:** Alex Capuano, Douglas Camargo Figueiredo, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa Paixão, Vanilda Oliveira e William Pedreira. **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa:** Tmox Propaganda. **Colaboraram nesta edição:** Isaias Dalle e Tatiana Melim e **Foto da capa:** Thales Standler (SeebSP). **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

Conquista

CUT amplia luta pela regulamentação da Convenção 151

Regulamentar a negociação coletiva no serviço público, garantir o direito de greve e o respeito à organização sindical. É sob este tripé que a CUT e suas entidades filiadas que representam o funcionalismo buscam aperfeiçoamento das relações de trabalho no serviço público que resulte em um avanço das condições de trabalho e, conseqüentemente, em melhora da qualidade do atendimento à população.

O direito à negociação coletiva nas três esferas e nos três poderes está amparado pela Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que possibilitará aos trabalhadores do serviço público condições à liberdade de organização, atuação sindical e reivindicatória.

Aprovada no Congresso Nacional em abril de 2010, a Convenção 151 foi depositada pelo governo junto à OIT em junho do mesmo ano, quando se comprometeu em adequar a norma à legislação brasileira até junho de 2011. Mas o País ainda segue com esta lacuna.

A presidenta Dilma assinou em março deste ano o Decreto 7.944, após grande mobilização das centrais sindicais em Brasília. Pelo decreto, o governo renova o compromisso junto à OIT pela ratificação imediata da Convenção 151. "Internaliza os princípios da Convenção no arcabouço político institucional brasileiro, mas ainda falta internalizá-los no arcabouço legal para que, efetivamente, esses princípios sejam referência legal no exercício das relações de trabalho no setor público", explica Pedro Armengol, secretário nacional adjunto de Relações do Trabalho da CUT, coordenador do ramo do serviço público na Central e secretário de Finanças da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

Proposta - No ano passado, a CUT e as demais centrais debateram intensamente a regulamentação da negociação coletiva e do direito de greve no serviço público e chegaram a uma minuta de projeto, que já foi apresentada aos ministérios do Planejamento, do Trabalho e Secretaria-Geral da Presidência.

O governo criou um grupo de trabalho reunindo estes ministérios e a Advocacia-Geral da União e colocou em análise o texto, mas até o momento não há uma resolução.

Ameaça no Congresso – A Constituição de 1988 em seu artigo 37 (inciso VII) reconheceu expressa-



Roberto Parizotti

CUT mantém mobilização em defesa da regulamentação da Convenção 151 da OIT

mente a greve como um direito dos servidores públicos civis, mas passados 25 anos as regras ainda não foram regulamentadas.

O senador Romero Jucá (PMDB/RR), sem diálogo prévio com as entidades, apresentou na Comissão Mista de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais, em setembro, um anteprojeto sobre o tema, construído de forma arbitrária, sem espaço para o diálogo e desrespeitando toda a negociação travada desde 2010 com o governo.

A proposta, com base no PLS 710/2011, do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), proíbe o exercício de greve em algumas áreas como as Forças Armadas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e restringe o movimento em outras num

percentual que pode variar entre 50% a 80%.

Pelo anteprojeto, a comunicação da greve terá de ser feita com antecedência de 15 dias e haverá suspensão do pagamento e substituição de grevistas nos moldes do decreto 7.777, instituído durante a greve do ano passado, entre outros ataques aos direitos e à liberdade de organização dos trabalhadores.

“É o Legislativo intervindo e tratando somente da greve e da pior forma possível. Nossa luta é pela retirada imediata de pauta deste projeto e a instalação de um processo de negociação em torno da regulamentação, não apenas do direito de greve, mas principalmente da negociação coletiva no setor público com a efetiva regulamentação da Convenção”, assinalou Armengol.

Mídia ignora e esconde import

Luiz Magalhães/Sindicato dos Metalúrgicos do ABC



Dino Santos



Metalúrgicos, químicos e petroleiros (da esquerda para a direita) em luta

Entra ano, sai ano e a forma como a velha mídia retrata a luta dos trabalhadores segue a mesma: quando há manifestação na rua, focam no “transtorno” que causam ao trânsito e à população. Quando cruzam os braços e a produção para, o que destacam é a dificuldade da população em encontrar os produtos. Da pauta de reivindicações, mesmo, pouco se fala.

O que essa mesma velha mídia não mostra é como as campanhas salariais são fundamentais para a economia e o desenvolvimento do Brasil. Escondem, por exemplo, que, juntos, metalúrgicos, bancários e químicos, que têm data-base no segundo semestre, injetarão mais de R\$ 10 bilhões na economia nos próximos 12 meses como resultado das conquistas nas campanhas salariais de 2013.

Neste ano, porém, uma peculiaridade marcou a luta. Os trabalhadores tiveram de enfrentar a tentativa dos patrões de interromper a série de aumento real – acima da inflação – que orientou as negociações anteriores.

“É algo sórdido defender que trabalhador tenha salário baixo para frear o consumo e limitar a inflação. Esse é um conceito de direita, conservador, orquestrado pelos empresários e que nossos sindicatos têm combatido com greves e mobilizações”, disse o presidente da CUT, Vagner Freitas.

O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), Paulo Cayres, definiu a postura patronal como um grande equívoco. “Quem aposta no arrocho de salário está dando tiro no pé, quebrando a economia.”

Diante da resistência, venceu a mobilização. No caso dos metalúrgicos, a pressão resultou em um aumento de 8%, que representa ganho real de 1,2%, e beneficia 259 mil trabalhadores. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no estado de São Paulo, a conquista deste ano colocará R\$ 907 milhões em 47 municípios representados pela Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM) da CUT.

Outra categoria que também arrancou 8% de aumento foi a bancária. A elevação representa a injeção de mais R\$ 2,861 bilhões nos próximos 12 meses em todo o país, visto que a campanha salarial do ramo financeiro é nacional.

Esses valores conquistados pelos bancários, somados ao aumento nos vales alimentação e refeição, à elevação na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e ao Vale-Cultura (leia mais abaixo), trarão um impacto na economia de R\$ 8,7 bilhões para o período de um ano.

“O Brasil vem crescendo muito, se orgulha de ser a quinta economia do mundo e o papel dos sindicatos é transformar essa riqueza em distribuição de renda. Mas isso só acontece com a valorização dos salários”, defendeu o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) da CUT, Carlos Cordeiro.

Como metalúrgicos, bancários também precisaram mostrara capacidade de enfrentamento para pressionar os banqueiros. Entre setembro e outubro, foram 23 dias

de greve – em alguns estados a paralisação se estendeu por 26 dias –, a mais longa dos últimos 20 anos.

“A maior parte dos sindicatos da CUT continuou repondo a inflação, uma constante que vem desde 2003, e se manteve com a elevação de, ao menos, 1,5%. É por conta das campanhas salariais que a remuneração dos trabalhadores ultrapassa 40% do PIB (Produto Interno Bruto)”, pontuou Vagner.

“Foram campanhas difíceis, como já era previsto nesse ambiente que tentam construir, de descontrole inflacionário, e isso dificultou a negociação. As conquistadas da classe trabalhadora elevam o consumo, a produção e são, portanto, uma vitória que deve ser dividida com toda a sociedade”, acrescentou o secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre.

Para puxar a fila

Primeiros a negociarem, metalúrgicos e bancários acabam por influenciar as negociações seguintes, conforme destaca a presidenta nacional da Confederação do Ramo Químico (CNAQ) da CUT, Lucineide Varjão.

“A mobilização puxada pelas duas categorias afetou positivamente e impediu a tendência de retrocesso nas campanhas salariais, que sentimos dos patrões. Com esses primeiros resultados e nossa organização no local de trabalho, conseguimos um bom avanço.”

Alguns estados ainda não encerraram a discussão, mas em São Paulo, onde deve ocorrer a maior elevação, o reajuste salarial dos químicos foi de 7,5% e beneficiou 276 mil trabalhadores. O índice representa

Manutenção das conquistas salariais



Tania Rego / Agência Brasil

por melhores condições de trabalho e pelo desenvolvimento do Brasil

acréscimo de R\$ 817 milhões na economia, de acordo com o Dieese.

Além do salário – Tão importante quanto o aumento dos rendimentos foram os avanços nas chamadas cláusulas sociais.

Os bancários foram os primeiros a colocarem em uma convenção coletiva o Vale-Cultura, uma parceria do governo Federal com as empresas, que disponibilizam – e podem abater o valor dos impostos – R\$ 50 mensais aos trabalhadores com rendimentos de até cinco salários mínimos (R\$ 3,39 mil). A expectativa é que essa conquista acrescente outros R\$ 113 milhões no país no segmento de livrarias, CDs, teatro e cinema.

Entre as conquistas dos metalúrgicos, Cayres destaca a ampliação do número de empresas que adotaram a cláusula de licença maternidade de 180 dias e a luta pela Norma Regulamentadora 12, que define medidas de proteção para garantir a integridade física dos trabalhadores. “Tivemos uma avanço muito forte em São Paulo, mas queremos implementar a NR 12 em todo o país para reduzir os acidentes. Certamente, esse ponto estará presente em nossa próxima campanha.”

No ramo químico, Lucineide também cita o avanço em relação à licença-maternidade, fruto de uma greve na empresa L’Oréal, e ressalta que o desafio, agora, é costurar uma campanha nacional. “Essa experiência é fundamental para fortalecer a luta.”

Batalhas paralelas – Para muitas categorias em campanha neste segundo semestre, as negociações

ocorreram em paralelo à luta contra o Projeto de Lei 4330/04, que amplia a terceirização e ameaça todos os trabalhadores com carteira assinada.

Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), um dos principais avanços da campanha foi justamente a criação de um fundo para impedir o calote aos trabalhadores terceirizados, conquista que beneficia mais de 300 mil trabalhadores do sistema Petrobrás.

“As terceirizadas contratadas pela Petrobrás terão de depositar de 1% a 5% do valor do contrato num fundo direcionado ao seguro caução para o pagamento dos petroleiros em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas”, explica o coordenador Geral da federação, João Antônio Moraes.

O combate ao PL 4330 foi o grande motivador da greve de oito dias da categoria em outubro deste ano. Além da cláusula específica para os terceirizados, a campanha terminou com 8,56% de reajuste, pagamento de gratificação equivalente a uma remuneração mensal e melhorias nas condições de trabalho.

Ano eleitoral, responsabilidade em dobro – Com a defesa do argumento da melhoria da qualidade de emprego, Carlos Cordeiro resume o sentimento que domina as expectativas de todas as categorias para 2014. “O grande desafio no ano que vem é tratar não só da renda, mas do emprego de qualidade. Dar continuidade à luta para transformar crescimento em desenvolvimento.”

Em ano eleitoral, Vagner Freitas cita a pressão que os

trabalhadores devem colocar nas mesas de negociação. “Esperamos que as eleições impulsionem nossas campanhas salariais, aproveitando o peso político que tem os trabalhadores para conquistarmos com mobilização e enfrentamento.”

CAMPANHAS SALARIAIS



Categoria	Resultado da campanha (em R\$)
Metalúrgicos (em São Paulo)	907 milhões
Bancários (nacional)	8,7 bilhões*
Químicos (em São Paulo)	817 milhões
TOTAL	10,424 bilhões
* Inclui os benefícios	

Política

Semana sindical aproxima CUT dos sindicatos

Realizar um “mutirão” de visitas aos estados com o objetivo de ampliar a base sindical, aproximar sindicatos cutistas, além de enfrentar os desafios colocados para a CUT. Essa foi a estratégia desenvolvida na Semana Sindical da CUT, realizada entre 2 e 7 de dezembro.

“A ideia é criar a cultura de visitar cada vez mais os sindicatos cutistas, ouvir as demandas que vêm da base e tentar ampliar nossa representação. Por isso, a Semana Sindical não pode se resumir apenas a essa de dezembro, mas sim ser ampliada em novas ações no ano que vem”, explicou Jacy Afonso, secretário de Organização.

Nos cinco encontros regionais realizados neste ano, foram debatidos diversos temas, mas um ponto foi comum em todos: a necessidade de uma maior presença da CUT junto aos ramos e sindicatos.

De acordo com o dirigente, a estratégia surgiu a partir de experiências já desenvolvidas pela Central, além do exemplo de ação sindical praticada

pelos sindicatos de trabalhadores rurais do Espírito Santo, em que os dirigentes se dividem e percorrem todo o estado numa espécie de mutirão.

Projeto piloto - Secretário-adjunto de Organização, Valeir Ertle, explica que a experiência é um projeto piloto para ser avaliado e aprimorado conforme as demandas. “Focamos essa primeira semana na aproximação com os sindicatos, na atualização dos dados para aferição e na regularização financeira. Entretanto, ampliaremos as pautas e as tarefas em próximas ações.”

Segundo o dirigente, além da Campanha de Sindicalização e Filiação, que tem como objetivo aumentar em 13% o número de sócios da Central (1 milhão de novos sócios) e mil

novas entidades filiadas, os temas a serem trabalhados nas futuras visitas deverão conciliar os desafios colocados para a Central.



Internacional

El Salvador unido nas eleições 2014



Dirigentes salvadorenhas e Rafael Freire, Victor Baez (CSA) e Artur Henrique (CUT), ao final de um dos seminários da Plataforma

No dia 30 de novembro, as principais organizações do movimento sindical de El Salvador lançaram oficialmente a “Plataforma para as Mudanças: as Propostas dos Trabalhadores (as) para El Salvador”. O evento aconteceu numa

plenária nacional e foi também um ato político de apoio à candidatura da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN).

A elaboração da Plataforma contou com a

participação da CUT, da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA) e representa um esforço de unidade e construção de propostas de consenso para disputar os rumos daquele país, que escolhe seu próximo presidente em fevereiro do ano que vem.

Esse projeto de cooperação inspira-se na experiência da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, levada adiante pela CUT a partir de 2008 e que resultou na unidade das centrais brasileiras nas eleições 2010.

“É estrategicamente importante que a CUT se empenhe em ajudar a consolidar candidaturas que impulsionem e aprofundem as mudanças sociais democráticas que acontecem na América Latina”, explica o presidente do Instituto de Cooperação da CUT, Artur Henrique.

João Felício na CSI – Ainda no âmbito internacional, a candidatura do secretário de Relações Internacionais da CUT João Felício à Presidência da CSI (Confederação Sindical Internacional) foi ratificada, no início de novembro, pelo conjunto das entidades filiadas à CSA (Confederação Sindical dos Trabalhadores/as das Américas). A eleição ocorre no ano que vem.

Entrevista

Temos que efetivar a Lei 10.639 para formar gerações menos preconceituosas

Mesmo com avanços no combate à discriminação registrados na última década, o preconceito racial ainda é muito presente no Brasil. Segundo dados divulgados em 2013 pelo Dieese, o salário dos negros é 36% menor do que os dos não negros, mesmo quando exercem atividades idênticas.

A violência também atinge mais os jovens negros, que correm risco quase quatro vezes maior de morte do que um jovem branco, conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentado neste ano.

Em entrevista ao Jornal da CUT, a secretária de Combate ao Racismo da Central, Maria Júlia Nogueira, defende que a virada de mesa diante desse cenário passa pela aplicação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana nas escolas de educação básica. Ela fala também sobre a importância de os sindicatos incluírem em suas campanhas salariais pautas que tratam da igualdade.

Jornal da CUT - A Lei 10.639/03 completou 10 anos. Qual o papel que têm na luta pela igualdade?

Maria Júlia - Precisamos conhecer a nossa história. Fala-se até hoje da vinda dos negros africanos como escravos para o país, colocando-os como inferiores,

mas ninguém cita que, antes de serem capturados, muitos pertenciam a dinastias e à realeza em seus países de origem. A implementação da história e cultura afrodescendente nas escolas vai levar outra compreensão aos jovens sobre o papel do negro no desenvolvimento deste país.

A implementação da lei é satisfatória?

Maria Júlia - A situação país afora é desigual: apenas algumas escolas públicas e particulares cumprem o que determina a lei e o primeiro passo para mudar esse cenário é a CUT liderar uma campanha nacional para que coloquem em prática o que determina a legislação. Isso passa também pela capacitação dos professores, que hoje acontece em pequena escala.

A CUT defende a adoção de cotas para que os negros tenham acesso a espaços onde ainda não estão presentes, mas quem é contrário diz que se trata de uma discriminação inversa. O que você pensa sobre esse argumento?

Maria Júlia - Você tem que olhar para a história do país. As cotas nas universidades, escolas ou serviço público não passam de uma necessária reparação do Estado com o povo brasileiro. Porque o Estado, primeiro, permitiu a escravidão. Depois, com a abolição da escravatura, não assegurou condições



Ronaldo Barroso

Para Maria Júlia, conhecer história dos afrodescendentes ajuda a diminuir preconceito

mínimas para que os libertados pudessem viver com dignidade e acesso à terra. Ainda que tarde, essa reparação deve ser feita.

Especificamente no ambiente de trabalho, como os sindicatos podem combater o racismo?

Maria Júlia - Algumas entidades já incluem em suas campanhas cláusulas de promoção de igualdade destinadas a combater o racismo no ambiente de trabalho. Mas é preciso que todas as negociações incluam iniciativas que promovam o tratamento igual, inclusive, permitindo a ascensão dos trabalhadores, independente da raça ou condição social.

Cultura



II Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre em defesa da liberdade de expressão

No último dia 9 de dezembro, a CUT promoveu a cerimônia do "II Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre", no Teatro da Universidade Católica (TUCA), em São Paulo. Os vencedores podem ser conhecidos em www.premio2013.cut.org.br.

Como em 2011, ano da primeira edição, foram cinco categorias e um prêmio especial. Naquela ocasião, o homenageado foi o ex-presidente Lula

e, desta vez, a homenagem foi póstuma ao ex-ministro e um dos fundadores do PT, Luiz Gushiken, que morreu no dia 13 de setembro.

Neste ano, o tema foi "Nada vai nos calar", uma referência à importância da liberdade de expressão e da luta em defesa da democratização da comunicação, conforme destaca a secretária de Comunicação da Central, Rosane Bertotti.

"O tema deste ano dialoga tanto com o repúdio aos 50 anos da ditadura militar, que se completam em 2014, quanto com uma realidade em que os movimentos sociais não poder ter canais de rádio e TV e enfrentam tentativas de calar nossa voz, como a utilização do poder Judiciário e da velha mídia para atacar companheiros históricos de luta", afirmou, referindo-se ao julgamento do Ação Penal 470, que condenou José Genoíno e José Dirceu, entre outros.

As mídias sociais contribuíram imensamente para as mobilizações em todo o país no último período. Você está conectado às redes sociais da CUT?

facebook

facebook.com/CUTBrasil

twitter

twitter.com/cutnacional

You Tube

youtube.com/secomcut



Instagram

instagram.com/cutbrasil

CUT BRASIL
30 ANOS

www.cut.org.br